



MEDIANEIRA - PARANÁ

# Câmara Municipal de Medianeira

Gabinete do Vereador Douglas Rodrigo Gerviack

## PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 065/2025

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 1228/2024 que regulamenta a prestação dos serviços funerários no Município de Medianeira, e dá outras providências.

### Emenda Supressiva nº 002/2025

Na condição de Vereador e Membro da Comissão de Obras, Viação e Serviços Públicos, no uso das prerrogativas regimentais, apresento ao Projeto de Lei do Executivo nº 065/2025, a seguinte Emenda Supressiva:

O Art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Suprimir o inciso IV."

*IV - exibir urnas e artigos funerárias vitrines ou locais visíveis ao público externo;*

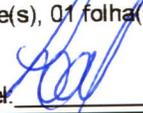
**Justificativa: A vedação à exibição de urnas e artigos funerários em vitrines viola o direito à liberdade econômica e à livre publicidade em estabelecimentos privados. Não há interesse público que justifique tal limitação em sede legislativa municipal.**

Câmara Municipal de Medianeira, 23 de junho de 2025.

Douglas Rodrigo Gerviack  
Vereador

Câmara Municipal de Medianeira - Depto. de protocolo

Protocolo nº 568/2025 - 24/06/25 - 13:48 min  
Contendo: 01 volume(s), 01 folha(s) 00 anexo(s)  
Descr. do anexo:

Servidor responsável: 



# CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

## PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

### PARECER JURÍDICO

**EMENTA:** Direito Administrativo.  
Estrutura Administrativa. Serviço  
Funerário. Emenda Supressiva 002.  
*Quórum:* Maioria Simples. Pela legalidade.

É submetido ao crivo desta Assessoria a EMENDA SUPRESSIVA N. 002, ao Projeto de Lei, oriundo do Chefe do Poder Executivo, n. 65/2025, ao qual exaramos o seguinte

### PARECER:

#### DOS FATOS:

O Projeto em encarte busca alterar dispositivos da Lei n. 1228/24 de 26 de janeiro de 2024 que regulamenta o Sistema de Prestação dos Serviços Funerários do Município.

A referida Emenda busca suprimir dispositivos no novo texto.

#### DO DIREITO:

A Constituição Federal no Inciso I do artigo 30 assim estabelece:

***“Art. 30. Compete aos Municípios:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local;***

AV. José Callegari, 300 CEP 85884-000 Fone/Fax (045) 3264.24.75  
e-mail: camara@medianeira.com.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**  
ESTADO DO PARANÁ

**PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA**

*(omissis)*

Por sua vez o Inciso III do artigo 55 da Lei Orgânica assim conclui:

**“Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:**

**I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração;**

**II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos;**

**III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública municipal.”**

Ainda a Lei Orgânica Municipal, no Inciso do Artigo 7º assim preceitua:

**“Art. 7º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:**

.....

**XXIV - dispor sobre os serviços funerários, administrar os cemitérios públicos e fiscalizar os cemitérios particulares;”**

O Artigo 175 da Constituição Federal estabelece regras sobre a concessão ou permissão de serviços públicos, vejamos:

**“Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.**

**Parágrafo único. A lei disporá sobre:**

**I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua**

AV. José Callegari, 300 CEP 85884-000 Fone/Fax (045) 3264.24.75  
e-mail: camara@medianeira.com.br



# CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

## PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

*prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;*

*II - os direitos dos usuários;*

*III - política tarifária;*

*IV - a obrigação de manter serviço adequado.”*

A Lei de Licitações (Lei n. 14.133), em seu Inciso IV do artigo 2º, preleciona que os serviços, concessões e permissões da Administração Pública, quando contratados com particulares, serão necessariamente precedidas de licitação, vejamos:

**“Art. 2º Esta Lei aplica-se a:**

.....

**IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;”**

Para análise da matéria em *questione* necessário se faz analisar a Lei Federal nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Esta por sua vez, no Artigo 2º, os incisos II e IV estabelecem a obrigatoriedade da realização de procedimento licitatório, na modalidade concorrência, para a concessão e permissão de serviços públicos, vejamos:

**“Art. 2º. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:**

**I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;**

**II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de**

AV. José Callegari, 300 CEP 85884-000 Fone/Fax (045) 3264.24.75  
e-mail: camara@medianeira.com.br



# CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

## PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

*concorrência, à pessoa jurídica ou consorcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;*

[...]

*IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.*

### **DO MÉRITO:**

A Emenda visa suprimir o Inciso IV do Artigo 12 da Lei originária que trata sobre o regulamento do Serviço Funerário que está sendo tratado pelo Artigo 5º do Projeto de Lei em estudos.

O Inciso IV do novo Artigo 12 estabelece que é vedado as empresas concessionárias “exibir urnas e artigos funerários em vitrines ou locais visíveis ao público externo”.

Entendemos que dentro da autonomia municipal de que trata o Inciso I do Artigo 30 da Constituição Federal, o município pode regradar suas normas de comércio.

Desta feita, não vemos qualquer óbice em relação ao texto original que veda esta regra de não exposição e nem mesmo a proposta ora apresentada, pois trata-se de oportunidade e conveniência da legislação local que é aferida e decidida pelo Plenário da Câmara através de seus Pares.

Não vemos ilegalidade na proposta.

AV. José Callegari, 300 CEP 85884-000 Fone/Fax (045) 3264.24.75  
e-mail: camara@medianeira.com.br



# CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

## PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

### DO QUORUM:

A Lei Orgânica Municipal, no parágrafo 4º. do artigo 52 prevê:

**“§ 4º A aprovação das matérias não constantes dos parágrafos anteriores deste artigo dependerá do voto favorável da maioria simples dos Vereadores, presentes à sessão a sua maioria absoluta.”**

No caso o quórum para aprovação será da maioria simples dos vereadores presentes a sessão, desde que esteja presente a maioria absoluta.

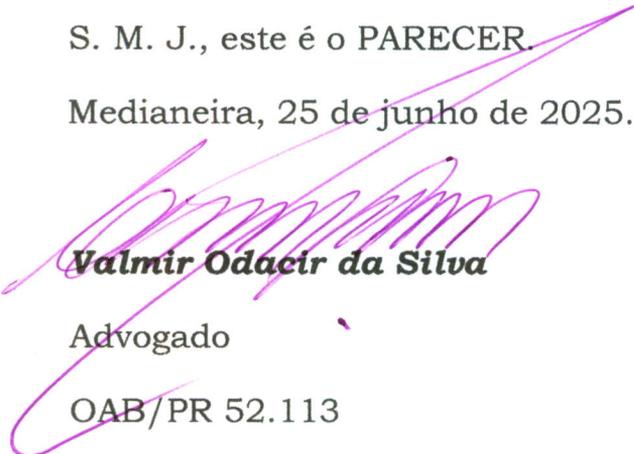
Em face do silêncio em relação a *quórum* especializado, entende-se que a votação depende de maioria simples dos vereadores.

### DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto exaramos **PARECER FAVORÁVEL** por entender que a matéria preenche os requisitos para tramitar nesta Casa de Leis.

S. M. J., este é o PARECER.

Medianeira, 25 de junho de 2025.

  
**Valmir Odacir da Silva**

Advogado

OAB/PR 52.113